

**CÂMARA MUNICIPAL DA CAMPANHA - MG**

RUA PADRE NATUZZI, 79 - CENTRO

CNPJ: 03.644.213/0001-44 Telefone: 35 3261-1891

NOTA DE EMPENHO Nº: 248 / ORDINÁRIO

DOTAÇÃO: 7

O PRESIDENTE, para efeito da Execução Orçamentária nos termos da legislação vigente, determina que se Empenhe em 2018 o valor abaixo.

Órgão: 01 PODER LEGISLATIVO  
 Unidade: 01 CORPO LEGISLATIVO  
 Sub-Unidade: 02 MANUTENCAO DO CORPO LEGISLATIVO  
 Função: 01 LEGISLATIVA  
 Sub-Função: 031 AÇÃO LEGISLATIVA  
 Programa: 0001 AÇÃO LEGISLATIVA  
 Projeto/Atividade: 2.003 MANUTENCAO DO CORPO LEGISLATIVO  
 Categoria Econômica: 3000.00.00 DESPESAS CORRENTES  
 Sub-Categoria Econômica: 3300.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 Modalidade de Aplicação: 3390.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 Elemento: 3390.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO  
 Sub-Elemento: 3390.33.99 OUTRAS DESPESAS COM LOCOMOÇÃO

Fonte de Recurso: 100.99 Recursos Ordinários

Favorecido: 455 - NEVITON BORGES DA COSTA

CPF/CNPJ: 603.601.146-87

Endereço: RUA ALAMEDA CARMITA XIMENES 78

Bairro: SION

Município: CAMPANHA

UF: MG

**Especificação dos Materiais ou Serviços**

80 - GERAL

REFERENTE A REEMBOLSO DE PEDÁGIO E ABASTECIMENTO EM VIAGEM A BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS, A FIM DE TRATAR DE ASSUNTOS DO INTERESSE DO MUNICIPIO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E PARTICIPAR DO CURSO AVALIAÇÃO E DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI - LOA 2019 SOB A ÓTICA DO PODER LEGISLATIVO, OFERECIDO PELO CENTRO DE CAPACITAÇÃO PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NOS DIAS 28 A 30/11.

Valor: 320,89 (Trezentos e Vinte Reais e Oitenta e Nove Centavos)

Emissão  
03/12/2018

Ordenador: LEANDRO PROCK VALÉRIO

**Demonstração**

Despesa Bruta:	320,89	Saldo Anterior:	1.657,34
Desconto:	0,00	Despesa Empenhada:	320,89
Despesa Líquida:	320,89	Saldo Disponível:	1.336,45

Licitação: NÃO

Número:

Número:

SILVANA APARECIDA DOMINGUES ARANTES

Data:

Data:

DIRETORA ADMINISTRAT. E FINANC.

**Liquidação**

A Liquidação da Despesa descrita nesta NOTA DE EMPENHO procedeu-se com base no documento apresentado, onde demonstra a entrega do material ou serviço.

Data: 03/12/2018

Liquidante: CARLOS CESAR DE CASTRO

*Carlos Cesar Castro*

**Autorização de Pagamento**

Na TESOURARIA

Face a Liquidação da Despesa acima processada, autorizo o Pagamento deste valor ao Favorecido ou ao seu Procurador devidamente documentado.

Data: 03 / 12 / 18

Assinante:  
LEANDRO PROCK VALERIO

Tesoureiro:

**Recibo**

Recebi em 03/12/2018, da(o) CÂMARA MUNICIPAL DA CAMPANHA, o valor líquido acima mencionado referente a Despesa com materiais ou serviços acima especificados, para o qual dou quitação, para um só efeito.

Nome:  
Assinatura:

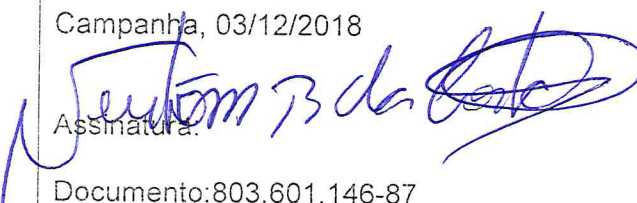
Banco / Agência / Conta / CHEQUE  
001 / 1711-6 / 16322-8 / 0000438647  
Documento (Tipo / Número) Recurso





**CÂMARA MUNICIPAL DA CAMPANHA – MG**  
*“Terra do cientista Vital Brazil”*

**SOLICITAÇÃO DE REEMBOLSO**

Nome: NEVITON BORGES DA COSTA		Cargo: Vereador	
CPF : 803.601.146-87			
Solicito REEMBOLSO		( X ) Abastecimento	R\$ 302,49
		( X ) pedágio	R\$ 18,40
		( ) outros _____	
		<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 320,89</b>
Cidade origem: CAMPANHA		Cidade e Estado destino: BELO HORIZONTE	
Horário da saída:	05:00	Horário da saída:	16:00
Data da saída:	28/11/2018	Data da saída:	31/11/2018
Local do evento: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E CENTRO DE CAPACITAÇÃO PARA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA		Meio de transporte: PROPRIO	
Motivo da viagem: IR NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PARA TRATAR DE ASSUNTOS DO INTERESSE DO MUNICIPIO E PARTICIPAR DO CURSO DE AVALIAÇÃO E DISCUSSAO DO PROJETO DE LEI-LOA 2019 SOB A ÓTICA DO PODER LEGISLATIVO, OFERECIDO PELO CENTRO DE CAPACITAÇÃO PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NOS DIAS 28/11 A 30/11.			
Recebimento em ( X ) cheque ( ) depósito bancário		Segue em anexo comprovante ( X ) nota fiscal de abastecimento ( X ) comprovante de pedágio ( ) outros	
Despesa a reembolsar		R\$ 320,89	
Afirmo que realizei a viagem na data aqui declarada assim como estive no local e na finalidade aqui especificada. Assumo toda e qualquer responsabilidade pelas informações aqui declaradas.		Aprovação da chefia imediata	Aprovação do ordenador de despesa
Campanha, 03/12/2018		Campanha, 03/12/2018	Campanha, 03/12/2018
Assinatura: 		<b>Leandro Prock Valério</b> CPF 036.488.286-73 Presidente da Câmara	<b>Leandro Prock Valério</b> CPF 036.488.286-73 Presidente da Câmara
Documento: 803.601.146-87			
Ciente do Controle Interno		Observação:	
Campanha, 03/12/2018			
<b>Rodrigo José de Carvalho</b> CPF 068.848.426-24 Controle interno			



DOC. FISCAL EQUIVALENTE - IN 1731/17 Art.2  
AUTOPISTA FERNÃO DIAS - 09.326.342/0001-70

Praça pedágio:08-BR381 KM545+950 Via:008  
Data:30/11/18 Hora:12:17:16 Seq:000010  
Operador:001085 Cat.Cobr: 1  
Valor pago:R\$ 2,30 F.Pgto.:DINHEIRO  
E.suspensos(Lei 13.103/15):0 Cat.Orig.:1  
Valor aprx.de tributos 18,24% (fonte:IBPT)  
Para incluir placa/CPF/CNPJ acesse em até  
7 dias <https://dfe.arteris.com.br>

DOC. FISCAL EQUIVALENTE - IN 1731/17 Art.2  
AUTOPISTA FERNÃO DIAS - 09.326.342/0001-70

Praça pedágio:07-BR381 KM597+500 Via:010  
Data:30/11/18 Hora:13:54:13 Seq:000264  
Operador:001986 Cat.Cobr: 1  
Valor pago:R\$ 2,30 F.Pgto.:DINHEIRO  
E.suspensos(Lei 13.103/15):0 Cat.Orig.:1  
Valor aprx.de tributos 18,24% (fonte:IBPT)  
Para incluir placa/CPF/CNPJ acesse em até  
7 dias <https://dfe.arteris.com.br>

DOC. FISCAL EQUIVALENTE - IN 1731/17 Art.2  
AUTOPISTA FERNÃO DIAS - 09.326.342/0001-70

Praça pedágio:05-BR381 KM735+500 Via:012  
Data:30/11/18 Hora:15:14:38 Seq:000697  
Operador:001171 Cat.Cobr: 1  
Valor pago:R\$ 2,30 F.Pgto.:DINHEIRO  
E.suspensos(Lei 13.103/15):0 Cat.Orig.:1  
Valor aprx.de tributos 18,24% (fonte:IBPT)  
Para incluir placa/CPF/CNPJ acesse em até  
7 dias <https://dfe.arteris.com.br>

DOC. FISCAL EQUIVALENTE - IN 1731/17 Art.2  
AUTOPISTA FERNÃO DIAS - 09.326.342/0001-70

Praça pedágio:06-BR381 KM658+400 Via 008  
Data:30/11/18 Hora:14:28:26 Seq:001591  
Operador:000922 Cat.Cobr: 1  
Valor pago:R\$ 2,30 F.Pgto.:DINHEIRO  
E.suspensos(Lei 13.103/15):0 Cat.Orig.:1  
Valor aprx.de tributos 18,24% (fonte:IBPT)  
Para incluir placa/CPF/CNPJ acesse em até  
7 dias <https://dfe.arteris.com.br>

DOC. FISCAL EQUIVALENTE - IN 1731/17 Art.2  
AUTOPISTA FERNÃO DIAS - 09.326.342/0001-70

Praça pedágio:05-BR381 KM735+500 Via:007  
Data:28/11/18 Hora:05:28:37 Seq:000989  
Operador:000564 Cat.Cobr: 1  
Valor pago:R\$ 2,30 F.Pgto.:DINHEIRO  
E.suspensos(Lei 13.103/15):0 Cat.Orig.:1  
Valor aprx.de tributos 18,24% (fonte:IBPT)  
Para incluir placa/CPF/CNPJ acesse em até  
7 dias <https://dfe.arteris.com.br>

PAGO EM

03 DEZ. 2018

BANCO DO BRASIL  
CAMPANHA-NIG





## Participantes de audiência defendem perícia independente em casos de tortura

Willian Dias

O projeto de um comitê composto por peritos independentes foi o principal resultado apresentado por representantes do governo estadual, a partir da realização do Seminário Internacional de Prevenção e Combate à Tortura. O evento, realizado pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Sedpac), em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, foi tema de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, realizada ontem.

O comitê previsto trabalharia de maneira preventiva, realizando visitas a presídios para identificar circunstâncias que possam levar à tortura, além de encaminhar para investigação evidências de que a prática esteja ocorrendo. De acordo com o assessor de Cooperação Internacional da Sedpac, Leonel Lisboa, o anteprojeto está em debate e outras sugestões de melhorias foram apresentadas.

“Possíveis medidas que poderiam ser tomadas se-



Comissão de Direitos Humanos debateu resultados de seminário internacional sobre a tortura

riam a modificação do rito de audiência de custódia, com a presença de um perito do Instituto Médico Legal (IML) e a avaliação psiquiátrica dos presos. Faremos essas sugestões, providências que podem ser tomadas imediatamente, a nosso ver”, afirmou Leonel.

A atual legislação esta-

dual sobre o tema foi criticada pela coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa dos Direitos Humanos, Cláudia Spranger Motta, e pelo subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Sedpac, José Francisco da Silva. O motivo é a ausência de mecanismos para comba-

te e prevenção à tortura.

“A forma como a Lei 21.164, de 2014, foi publicada surpreendeu a todos. O que deveria ser um mecanismo independente está vinculado ao Estado. E isso dificulta uma investigação mais efetiva dos crimes de tortura e as prisões dos responsáveis”, frisou Cláudia.

## Cenário político inspira pessimismo

A assessora de Relações Institucionais da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Renata Barreto, ressaltou que a perspectiva não é de melhoria, tendo em vista o atual cenário político.

“Tortura é crime que não prescreve e não pode ser perdoado por decisão política. Mas temos um presidente da República que apoia a tortura. E as audiências de custódia têm sido questionadas, quando são fundamentais e deveriam ser melhoradas. Precisamos reduzir o

encarceramento e trabalhar na ressocialização”, completou Renata.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALMG, deputado Cristiano Silveira (PT), se comprometeu a desarquivar, na próxima legislatura, o Projeto de Lei (PL) 1.419/15, de autoria do ex-deputado Durval Ângelo. “No meu próximo mandato, vou trabalhar por essa matéria, que cria um comitê estadual para a prevenção da tortura mais alinhado aos interesses aqui

discutidos”, afirmou.

Relatos – Durante a audiência, diversas pessoas com parentes presos fizeram relatos sobre o assunto. A presidenta da Associação de Pessoas Privadas de Liberdade, Maria Tereza dos Santos, declarou que ninguém da sociedade civil foi convidado a dar sua contribuição no Seminário Internacional de Prevenção e Combate à Tortura. “Nós não queremos mecanismos nos quais os agentes do governo vão ser nomeados como peritos; eles são os torturadores.

Essa discussão está acontecendo a portas fechadas, não fomos ouvidos”, reclamou.

O assessor de Cooperação Internacional da Sedpac, Leonel Lisboa, explicou que a legislação eleitoral impede a participação do público em eventos como este em ano de eleição. Ele endossou a fala da presidenta quanto à necessidade de independência dos peritos. “Essa audiência aqui na ALMG foi justamente para suprir a falta do público no evento, para termos a chance de dialogar”, argumentou.



## Reunião Ordinária (14 horas)

## PLC 78/18

Do procurador-geral de Justiça. Altera a Lei Complementar 34, de 1994, que dispõe sobre a organização do Ministério Público de Minas Gerais. Votação em 1º turno

## PL 5.275/18

Do procurador-geral de Justiça. Institui assistência à saúde aos servidores do Ministério Público de Minas Gerais. Votação em 1º turno

## PL 5.181/18

Do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Institui auxílio-saúde e auxílio-transporte a servidores do Poder Judiciário. Discussão em 1º turno

## ACONTECE HOJE

## Das 8 às 18 horas

- Mostra da Associação Barralouguense das Bordadeiras e Artesãos (Galeria de Arte)

## 9 horas

- Comissão de Agropecuária e Agroindústria (Plenarinho I) – debater, com a presença de convidados, a ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Fazenda Ariadnópolis, em Campo do Meio. Requerimento: deputados Antonio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino e Roberto Andrade

## 9h30

- Visitas Orientadas (ALMG) – Câmara Municipal de Ouro Fino

## 10 horas

- Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras (Plenarinho II) – debater, com a presença de convidados, a possibilidade de participação da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig) no projeto de construção de unidades ferroviárias motorizadas. Requerimento: deputados João Leite, Bonifácio Mourão e Roberto Andrade
- Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (Auditório SE) – discutir e votar proposições da comissão

## 11h15

- Comissão de Constituição e Justiça (Plenarinho IV) – discutir e votar pareceres sobre sete proposições sujeitas ao Plenário, entre as quais o PL

5.474/18 (turno único), da deputada Geisa Teixeira, que institui a Semana do Combate à Violência Obstétrica

## 14 horas

- Reunião Ordinária (Plenário)
- Comissão de Constituição e Justiça (Plenarinho II) – mesma pauta da reunião das 11h15

## 14h30

- Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais (Auditório SE) – discutir e votar proposições da comissão
- Comissão de Segurança Pública (Plenarinho IV) – debater, com a presença de convidados, a proposta de transferência de presos vinculados à facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) para o Presídio Inspetor José Martinho Drumond, em Ribeirão das Neves. Requerimento: deputado Sargento Rodrigues

## 15 horas

- Comissão de Agropecuária e Agroindústria (Plenarinho I) – discutir e votar pareceres sobre duas proposições sujeitas ao Plenário, entre as quais o PL 4.631/17 (1º turno), do governador Fernando Pimentel, que dispõe sobre os queijos artesanais

## 19 horas

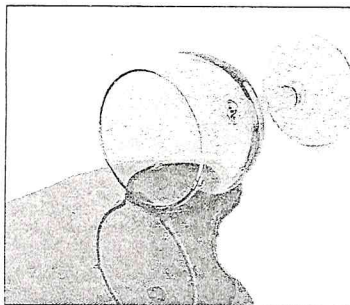
- Zás (Teatro) – espetáculo *Des espera*, com a Yepocá Companhia de Teatro

## TV ASSEMBLEIA

- 0h Plenário (continuação)
- 0h10 Compactos de Comissões
- 0h30 Sala de Imprensa – Liberdade de imprensa e democracia
- 1h Geração – Capoeira
- 1h30 Assembleia Notícia
- 2h Comissão de Agropecuária e Agroindústria (6/7) – Debate sobre a importância do leite e sua produção em Minas Gerais
- 3h40 Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (24/5) – Debate sobre possível instalação de posto de atendimento pré-processual do TJMG
- 6h Compactos de Comissões
- 6h30 Memória e Poder – Político e sindicalista Clodesmidt Riani
- 7h30 Assembleia Notícia
- 8h Mundo Político
- 8h30 Conexão Eleitoral
- 9h Assembleia ao Vivo/Comissões

- 12h Assembleia Debate – Desafios para o desenvolvimento regional: Mata, Vertentes e Caparaó
- 13h Mundo Político
- 13h30 Compactos de Comissões
- 13h40 Assembleia ao Vivo
- 14h Plenário (ao vivo) – Reunião Ordinária, com pronunciamentos, discussão e votação de proposições
- 18h Memória e Poder – Político e sindicalista Clodesmidt Riani
- 19h Assembleia Notícia (ao vivo)
- 19h30 Panorama – A evolução da propaganda
- 20h Palestra – Ativismo político, com Helcimara Telles
- 22h Assembleia Notícia
- 22h30 Mundo Político (inédito) – Entrevistas, comentários e notas sobre a movimentação política no País
- 23h Plenário (reprise)

• programação sujeita a alterações



Vamos nos cuidar.

Fique atento a situações que afetam sua saúde, sua vida e nosso ambiente de trabalho.

Saúde é Tudo

## MESA DA ASSEMBLEIA

Deputado Adalclever Lopes  
Presidente  
Deputado Lafayette de Andrada  
1º-vice-presidente  
Deputado Dalmo Ribeiro Silva  
2º-vice-presidente

Deputado Inácio Franco  
3º-vice-presidente  
Deputado Rogério Correia  
1º-secretário  
Deputado Alencar da Silveira Jr.  
2º-secretário  
Deputado Arlên Santiago  
3º-secretário

## SECRETARIA

Cristiano Felix dos Santos  
Diretor-geral  
Guilherme Wagner Ribeiro  
Secretário-geral da Mesa

## ASSEMBLEIA INFORMA

Editado pela Diretoria de  
Comunicação Institucional da ALMG  
Diretor: José Geraldo de Oliveira Prado  
Gerente-geral de Imprensa e  
Divulgação: Fabíola Farage  
Edição: Ricardo Bandeira  
(editor-geral)

Revisão: Heloisa Figueiredo (GPCV)  
Diagramação: Clarice Maia (GPCV)  
End.: R. Martim de Carvalho, 94 –  
8º andar – BH – CEP: 30190-090  
Tel.: (31) 2108-7715  
Impresso pela Gerência-Geral de  
Suporte Logístico (ramal 7763)  
www.almg.gov.br

Comp 018 Banco 001 Agência 1711 DV 6 C1 3 Conta nº 16.322-8 C2 0 Série 001 Cheque nº 438647 C3 7 R\$ 320,89

Pague por este cheque a quantia de Trzentos e vinte reais e oitenta e nove

centavos e centavos acima. ou a sua ordem.

a Neivom Borges da Costa

Campanha 3 de Dezembro de 20 18



Neivom Borges da Costa  
CÂMARA MUNICIPAL DA CAMPANHA  
CNPJ 03.644.213/0001-44  
CLIENTE BANCARIO DESDE 01/1993

CAMPANHA MG  
00.000.000/2601-85  
02-PRACA DOM FERRAO 87  
CAMPANHA MG  
Confecção: 08/2018

001471100 01843864751 007001632285

PAGO EM  
03 DEZ. 2018  
BANCO DO BRASIL  
CAMPANHA-MG

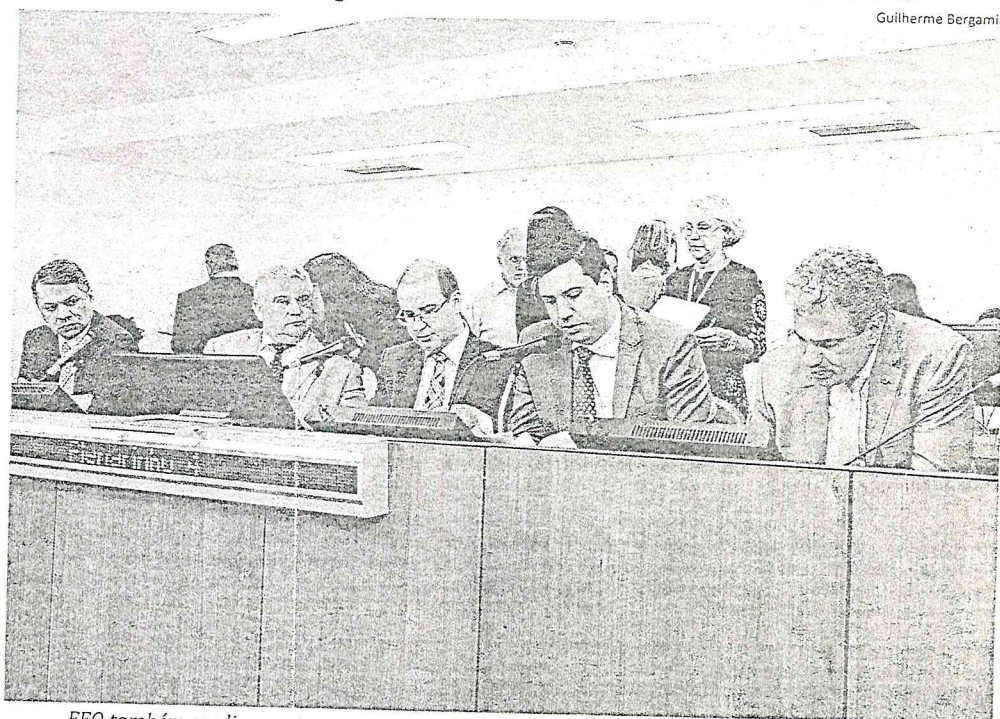


## Projeto que estimula o uso da energia solar está pronto para ir ao Plenário

Está pronto para ser apreciado em Plenário, em 1º turno, o Projeto de Lei (PL) 4.039/17, do deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB), que busca estimular o uso da energia solar. A proposição recebeu parecer favorável da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO). O relator, deputado Tito Torres (PSDB), recomendou a aprovação na forma original.

O PL 4.039/17 altera a Lei 19.091, de 2010, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Habitação (FEH). O objetivo é estimular a aquisição de equipamentos de geração de energia solar fotovoltaica, com ou sem conexão à rede de distribuição de energia elétrica, para habitações urbanas ou rurais destinadas à população de baixa renda. Segundo o texto, na construção de habitações com recursos do FEH, será dada preferência à utilização de energia solar na implantação de sistema de aquecimento de água. **Licenças ambientais** – A FFO também aprovou parecer de 1º turno favorável ao PL 1.602/15, de autoria do deputado Ivair Nogueira (MDB), que transfere para os municípios a responsabilidade de licenciar, fiscalizar e promover controle ambiental de alguns empreendimentos com potencial poluidor, após convênio com o Estado.

O parecer do relator, de-



Guilherme Bergamini

*FFO também analisou ontem proposição que trata de licenciamento ambiental por municípios*

putado Tito Torres, foi pela aprovação da matéria na forma do substitutivo nº 2, apresentado anteriormente pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com a emenda nº 1, que apresentou. O substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), foi rejeitado pela FFO. A proposição pode seguir agora para o Plenário da ALMG.

O substitutivo nº 2 propôs alteração no art. 28 da Lei 21.972, de 2016, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Re-

ursos Hídricos (Sisema), de modo a esclarecer os termos e as condições para que o Estado e os municípios firmem convênio de cooperação para a delegação de competência, nesse caso relacionada ao licenciamento ambiental.

O texto do substitutivo modificou parte do parágrafo 2º do art. 28, determinando que só poderão executar as ações administrativas referentes ao licenciamento os municípios que disponham de política municipal de meio ambiente e de conselho nessa área, entre outras exigências.

A emenda nº 1, apresentada pela FFO, deu nova redação aos incisos III, IV e V do parágrafo 2º do art. 28 da referida lei, corrigindo aspectos da técnica legislativa.

Para defender o projeto, o autor, Ivair Nogueira, argumentou que vários empreendimentos industriais que trariam benefícios aos municípios deixam de ser implementados por causa da morosidade do licenciamento ambiental, conduzido por órgãos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad).

## PL cria selo de controle de vasilhames

Na reunião de ontem, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO) também aprovou parecer favorável ao Projeto de Lei (PL) 677/15, do deputado Roberto Andrade (PSB), que cria o Selo Fiscal de Controle, para afixação em vasilhames de 20 litros de água mineral e água adicionada de sais. O objetivo da norma, segundo seu autor, é garantir a qualidade da

água comercializada e combater a sonegação fiscal.

A matéria, que já passou pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e de Desenvolvimento Econômico, agora pode ser votada, em 1º turno, no Plenário da Assembleia. O parecer da FFO, na qual o projeto foi relatado pelo deputado Ivair Nogueira (MDB), recomenda

a aprovação do PL 677/15 na forma do substitutivo nº 1, da CCJ, com as emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Desenvolvimento Econômico.

Basicamente, as alterações propostas ao projeto, nessa fase da tramitação, retiram dos órgãos do Poder Executivo a obrigação de arcar com os custos de aquisição dos selos e outras responsabilidades decorrentes da nor-

ma, para não criar despesas de caráter continuado para o governo. O estabelecimento comercial que envasa a água ficaria responsável pela compra dos selos, com um mecanismo de compensação, de forma a evitar que essas despesas sejam repassadas pelo contribuinte ao consumidor. A mesma comissão sugeriu a exigência do selo para vasilhames de 10 litros ou mais.



# Alarme previsto em proposição busca aumentar a segurança no transporte

Clarissa Barçante



Matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública

A instalação de dispositivo de segurança em veículos intermunicipais de transporte público recebeu ontem o aval

da Comissão de Segurança Pública, que aprovou parecer de 1º turno favorável ao Projeto de Lei (PL) 2.276/15,

do deputado Celinho do Sintrocel (PCdoB). O relator da matéria, deputado João Leite (PSDB), propôs o substitutivo nº 1 à proposição.

O novo texto sintetiza o projeto original, mantendo a obrigatoriedade da instalação de dispositivo que permita o acionamento da Polícia Militar em caso de necessidade, indicando a localização da ocorrência. Ele remete ao Poder Executivo a responsabilidade pela regulamentação da lei.

De acordo com a justificativa do projeto, a medida se faz necessária em função do crescente número de assaltos no transporte público inter-

municipal. O texto original determina que o dispositivo esteja ligado ao Centro Integrado de Comunicação da PM através de GPS, possibilitando a localização da chamada.

A proposição vai, agora, à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO), antes de seguir para o Plenário.

Passarela — A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas também se reuniu ontem e aprovou requerimento de audiência para discutir a implementação de uma passarela na BR-262. A solicitação é do deputado Cláudio do Mundo Novo (Pros).

## ORADORES



### Ameaça de despejo

O deputado Rogério Correia (PT) comentou a visita que a Comissão de Direitos Humanos fez ao Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio (Sul). No local, vivem 450 famílias em terras abandonadas há 20 anos, após a falência de usina de açúcar, ocupada inicialmente por funcionários demitidos. Liminar emitida

por juiz da Vara Agrária determinou que as famílias deixem o local. Segundo o deputado, na área são produzidos café, feijão, milho e frutas e criados animais para corte e produção de leite. O parlamentar afirmou que a desocupação foi solicitada por João Faria da Silva, dono de mais de 20 empresas, especialmente no ramo de exportação de café.

Rogério Correia também lembrou que a fazenda foi desapropriada por um decreto do governador Fernando Pimentel, derrubado pela liminar. “É um absurdo o que estão fazendo com esse povo”, lamentou. Ele disse que o Ministério Público vai recorrer da decisão e que deputados favoráveis à causa vão tentar evitar o despejo.



### Mais Médicos

O deputado Doutor Jean Freire (PT) reforçou o apoio aos moradores do Quilombo Campo Grande e lamentou a decisão de reintegração de posse do terreno. O deputado também comentou a saída de cubanos do Programa Mais Médicos e as críticas que têm sido feitas a eles. “Cuba é reconhecida

mundialmente como modelo de medicina preventiva e de saúde pública”, afirmou. Ele discordou das acusações de que o acordo com a ilha teria por objetivo sustentar a ditadura cubana. “O programa foi criado, primeiramente, para os médicos brasileiros”, explicou, dizendo que as vagas eram oferecidas, por ordem, para profissionais do Brasil,

depois para os que se formaram fora e, por fim, para estrangeiros de todas as nacionalidades, e não apenas cubanos. O deputado agradeceu aos médicos que trabalharam em lugares aonde os brasileiros não quiseram ir e lembrou que, dos profissionais de saúde do Brasil inscritos no programa, poucos compareceram para trabalhar.



### Colégio processado

O deputado Cristiano Silveira (PT) retomou questão de ordem levantada por Rogério Correia (PT) para apoiar o Colégio Santo Agostinho, de Belo Horizonte, processado por supostamente ensinar conteúdo de identidade de gênero. “Nas eleições, as fake news da campanha de (Jair) Bolsonaro falaram de kit

gay, de mamadeira erótica. Transformaram o esforço do Ministério da Educação para combater preconceito e homofobia em farsa”, acusou. O deputado abordou, ainda, visita da Comissão de Direitos Humanos ao Quilombo Campo Grande e salientou que 80% dos comerciantes locais apoiam as famílias acampadas no local e ameaçadas de

despejo. “Aquela terra é produtiva, e isso tem que ser considerado pela Justiça ao ser julgado o recurso contra a desocupação”, frisou. Ele citou pesquisa que aponta o Brasil como nono país com maior desigualdade social, agravada em 2016 e 2017. Segundo ele, a situação pode piorar com a saída dos cubanos do programa Mais Médicos.